ESPAÇO EM REVISTA
ISSN: 1519-7816

O IMPACTO DA MINERAÇÃO NO COTIDIANO DAS COMUNIDADES ATINGIDAS: o caso do distrito de Antônio Pereira em Ouro Preto – MG

Raphaella Karla Portes Beserra
Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia
E-mail: raphaella.udi@gmail.com

Pedro Luiz Teixeira de Camargo
Professor Efetivo do Instituto Federal de Minas Gerais
E-mail: pedro.camargo@edu.ifmg.br

Resumo
O presente trabalho é fruto das discussões realizadas ao longo do curso da disciplina "Territórios em Risco: efeitos da apropriação do espaço por grandes empreendimentos" do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia. Nele, decidimos apresentar a história e a problemática atuais do distrito de Antônio Pereira, localizado no município de Ouro Preto/MG. Para entender os processos que tem ocorrido com essa comunidade atingida pela mineração, buscamos entender a partir de uma revisão bibliográfica a formação histórica e econômica do distrito, bem como a construção social que levou a comunidade para as circunstâncias atuais. O referido local, tem sofrido os impactos da mineração desde os tempos do Brasil colônia, entretanto desde 2015 com o rompimento da Barragem de Fundão, no município de Mariana, eles passaram a sofrer não só as consequências, mas o alarde do possível rompimento da Barragem do Doutor localizada ali localizada. Observamos que apesar das dificuldades que a comunidade enfrenta e da omissão do poder público municipal, esta tem se posicionado e resistido às investidas por parte da Vale S.A, assim, é preciso que o poder público amplie a diversificação econômica local, hoje baseada quase que exclusivamente na extração mineral.
Palavras-chave: Mineração, Antônio Pereira, Barragem do Doutor, Ouro Preto

THE IMPACT OF MINING ON THE DAILY LIFE OF AFFECTED COMMUNITIES: the case of the Antônio Pereira district in Ouro Preto – MG

Abstract
The present paper is the result of discussions carried out during the course of the course "Territories at Risk: effects of the appropriation of space by large enterprises" of the Graduate Program in Geography of the Federal University of Uberlândia. In it, we decided to present the history and current problems of the Antônio Pereira district, located in the municipality of Ouro Preto/MG. To understand the processes that have occurred in this community affected by mining, we seek to understand from a bibliographic review the historical and economic formation of the district, as well as the social construction that led the community to the current circumstances. The aforementioned place has suffered the impacts of mining since the times of colonial Brazil, however since 2015 with the rupture of the Fundão Dam, in the municipality of Mariana, they began to suffer not only the consequences, but the fuss of the possible rupture of the Dam of the Doctor located there. We observe that despite the difficulties that the community faces and the omission of the municipal public power, it has positioned itself and resisted the onslaughts by Vale S.A, thus, it is necessary that the public power expand the local economic diversification, today based almost exclusively in mineral extraction.

Keywords: Mining, Antônio Pereira, Dam Doctor, Ouro Preto

Introdução

Este trabalho é fruto das reflexões desenvolvidas ao longo do curso da disciplina "Territórios em Risco: efeitos da apropriação do espaço por grandes empreendimentos" realizado no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

O objetivo desse trabalho é mostrar como a comunidade de Antônio Pereira é atingida pela mineração, mesmo que até o presente momento não tenha ocorrida o rompimento da Barragem do Doutor e, ao mesmo tempo, mostrar como essa população se organiza para resistir aos mandos e desmandos da empresa Vale S/A, evidenciando assim a falta de diversificação econômica local, baseada quase que exclusivamente na extração mineral.

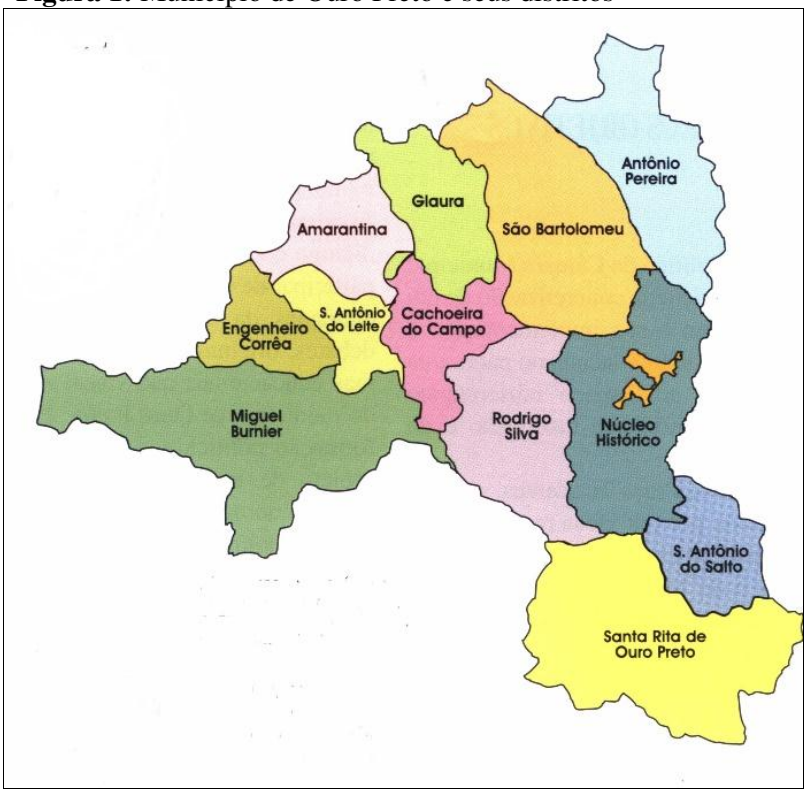
Para isso, entendemos ser necessário compreender, mesmo que brevemente, a origem e a formação histórica do referido distrito. Assim como entender as questões atuais ali presentes, tais como o processo de resistência que o Capital (MARX, 1978) não consegue capturar e de como essa comunidade tem se organizado em um contexto de medo e apreensão em relação ao seu futuro e permanência no local, evidenciando uma imensa exclusão social fruto da mineração.

Nessa perspectiva realizou-se uma breve pesquisa bibliográfica e teórica, comparando a literatura encontrada com as notícias de jornais de abrangência local e nacional acerca das manifestações das mais diversas reivindicações da comunidade, mostrando a necessidade de se repensar o processo de exploração dos recursos naturais ali presentes.

A comunidade de Antônio Pereira

O distrito de Antônio Pereira se localiza há cerca de 26 km da sua sede, Ouro Preto (Figura 1). A chegada ao local se dá por meio viário através da MG-129, que passa por dentro do município de Mariana. Esta situação faz com que os moradores possuam mais relação, portanto, com a localidade vizinha do que com a cidade patrimônio mundial

Figura 1: Município de Ouro Preto e seus distritos



Fonte: https://www.ouropreto-ourtoworld.jor.br/Os%20distritos.htm. Acesso em 15/08/2022

Sua origem é datada de 1693 com a chegada do bandeirante português Antônio Pereira Machado para exploração de ouro, nomeando o local de Bom Fim do Mato Dentro. O potencial de exploração atraiu outros bandeirantes como Antônio Mateus Leme, Antônio Pompeu Tanques e o Padre João Inhaia, o que fez com que fossem fundadas várias minas como as do Romão, Mata-Mata, Macacos, Manoel Teixeira, Capitão Simão e as fazendas do Barbaçal, Mateus das Moças e Rocinha (PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO, s/d).

O crescimento do povoado se deu em torno da capela de Nossa Senhora da Conceição que foi construída em 1703. Em 1720, a então capela foi elevada à condição de matriz, o que facilitou o exercício da influência política, social e econômica da Igreja Católica. Os moradores pagavam taxas, que eram cobranças pela Igreja, para que o seu pleno funcionamento fosse mantida, indo até 1752 (COELHO, 2017).

Entre os séculos XVIII e XIX, a principal atividade econômica do local era a extração do ouro, e por conta dos picos de grandes volumes extraídos, houve um enorme crescimento da área urbana (APOLINÁRIO, 2019). Por volta de 1750, a população do povoado já chegava em mil habitantes, contava com 157 residências e inúmeros

estabelecimentos comerciais, além dos edifícios públicos. A influência da Igreja Católica também se expandiu, sendo que, além da matriz foram constituídas mais três capelas em louvor a Santo Antônio, Nossa Senhora da Natividade e Senhora de Santana (COELHO, 2017).

A influência cresceu também sob o aspecto social a partir das ações assistencialistas que eram desenvolvidas pelos religiosos (APOLINÁRIO, 2019). As práticas religiosas foram incorporadas ao cotidiano da comunidade, no qual podemos destacar a festa em homenagem à Nossa Senhora da Lapa (Figura 2) que se iniciou em 1809 no interior da Gruta da Lapa (COELHO, 2017) – essa festa ocorre até hoje na primeira quinzena de agosto e atrai milhares de romeiros.

Figura 2: Festa em louvor a Nossa Senhora da Lapa



Fonte: Prefeitura Municipal de Ouro Preto. Acesso em 15/08/2022.

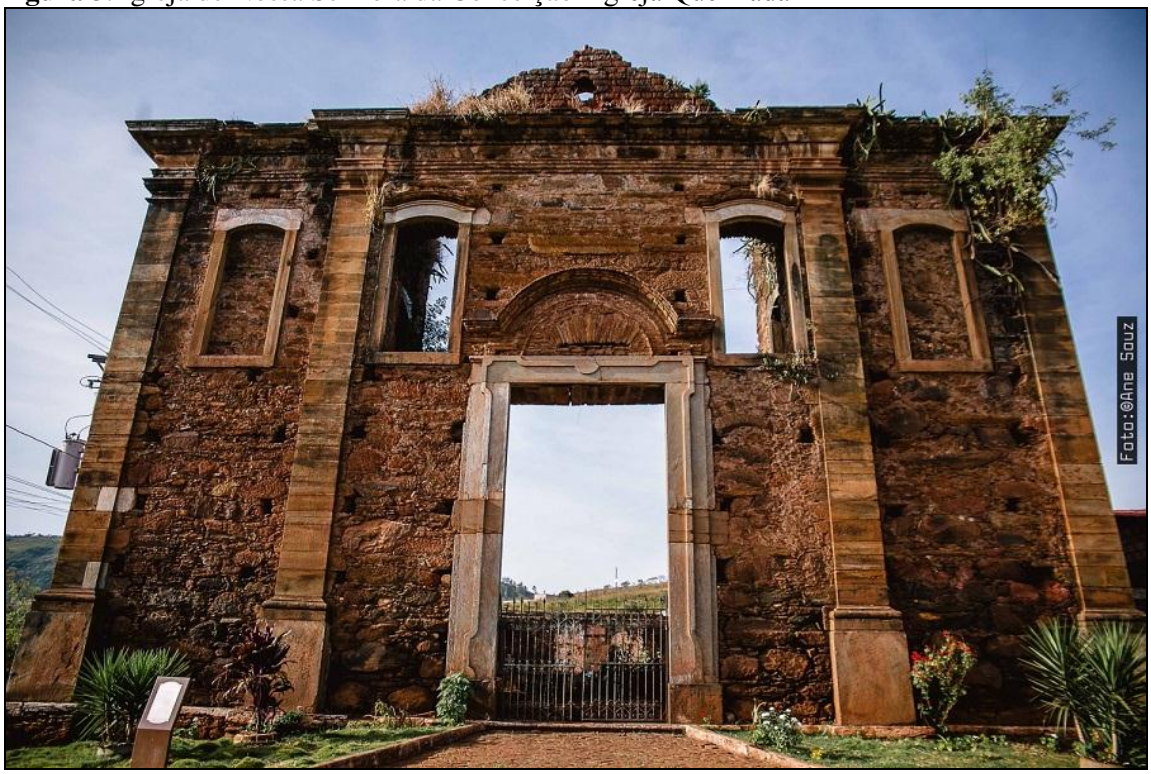
A vocação para a mineração de Antônio Pereira já era conhecida, inclusive, internacionalmente, tanto que em 1811 foram feitos estudos geológicos no distrito para avaliar as riquezas minerais. Esses procedimentos foram realizados pelo geólogo alemão Wilhelm Ludwing Von Eschwegw, cujos estudos mostravam que a região era rica em ouro e minério de ferro (APOLINÁRIO, 2019). Alguns anos mais tarde, entre 1816 e 1822, o botânico francês Saint Hilarie fez um reconhecimento da área para dar ciência ao governo da

França acerca da abundância de minério de ferro, deixando claro o interesse internacional nos recursos minerários brasileiros (APOLINÁRIO, 2019).

Outra questão que chamou atenção de Hilarie foi a existência do garimpo de ouro e o modo de vida dos garimpeiros, que trabalhavam com as próprias mãos e faziam pausas para o descanso, entretanto, quando encontravam ouro suficiente para satisfazer as suas necessidades não voltavam ao trabalho até que se findassem estes recursos (HILAIRE, 1938). Essa é uma prática, não só economicamente falando, que se perpetua até os dias de hoje na região, tendo modificado apenas a exploração do ouro para o minério de ferro.

Em 1830, um incêndio de grandes proporções destruiu a Igreja de Nossa Senhora da Conceição, na época Igreja Matriz e que atualmente é conhecida como a Igreja Queimada (Figura 3). Nesse momento a mineração passava por uma crise o que dificultou arrecadação de recursos para a reconstrução e, por falta desta, a paróquia local foi suprimida e incorporada a localidade de Camargos (COELHO, 2017). Apenas em 1844 é que se consolida uma nova Igreja Matriz, a Igreja de Nossa Senhora das Mercês (COELHO, 2017).

Figura 3: Igreja de Nossa Senhora da Conceição "Igreja Queimada"



Fonte: Prefeitura Municipal de Ouro Preto/Ane Souz. Acesso em 15/08/2022.

O distrito de Antônio Pereira foi incorporado à Vila Rica (atual Ouro Preto) em 1840, em função dos interesses econômicos, por meio da Lei nº 184, de 3 de abril do mesmo ano, sendo que nessa época Vila Rica já era a capital de Minas Gerais (COELHO, 2017)

O distrito sofreu outro revés econômico com a transferência da capital mineira para Belo Horizonte, o que influenciou diretamente o seu ritmo de crescimento, fazendo com que os investimentos direcionados para a região diminuíssem de forma significativa (COELHO, 2017).

No período compreendido entre 1819 e 1833, observou-se que as terras do distrito não eram apropriadas para o desenvolvimento da agricultura, sendo a principal atividade a mineração (ÂNGELO, 2001). Em meados de 1819/20, o distrito contava com 138 domicílios, dentre os quais 27% dos chefes de família tinham a ocupação vinculada a extração mineral (APOLINÁRIO, 2019). Já em 1830, a população de Antônio Pereira contava com 1496 habitantes, sendo que 436 eram escravos utilizados na exploração minerária (APOLINÁRIO, 2019).

No ano de 1911, o distrito de Antônio Pereira, foi oficialmente regulamentado enquanto pertencente a Ouro Preto, por meio da Lei Estadual nº 556 de 30 de agosto de 1911 (APOLINÁRIO, 2019). A comunidade, nesse momento, se organizava a partir das entidades religiosas, sendo as principais a Confraria de São Vicente e a Associação Damas Sagrado Coração de Jesus (COELHO, 2017).

Em 1910, no Congresso de Estocolmo as jazidas de minério de ferro brasileiras se tornaram internacionalmente conhecidas, sendo as principais adquiridas pelos ingleses (COELHO, 2017). Com a chegada destes bretões, a mineração teve um novo *boom* e se expandiu no século XX com a instauração da Nova República, mas isso não é fruto do acaso, pois, nessa época houve um grande desenvolvimento do que diz respeito ao aprimoramento de técnicas de pesquisa para a extração do minério de ferro (APOLINÁRIO, 2019).

A principal pesquisa aconteceu na Fazenda Timbopeba, onde foram encontrados minério de ferro e manganês (APOLINÁRIO, 2019). Esta inevitável exploração mineral foi amparada pela legislação da época, o que gerou o desenvolvimento de variadas pesquisas no local (APOLINÁRIO, 2019). Finalmente, em 1984, foi inaugurado o complexo Timbopeba pela então Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) – atual Vale (COELHO, 2017).

Entre as décadas de 1970/90, com o aumento das atividades mineradoras, foi possível observar um aumento populacional significativo e de alguma forma alguns lapsos

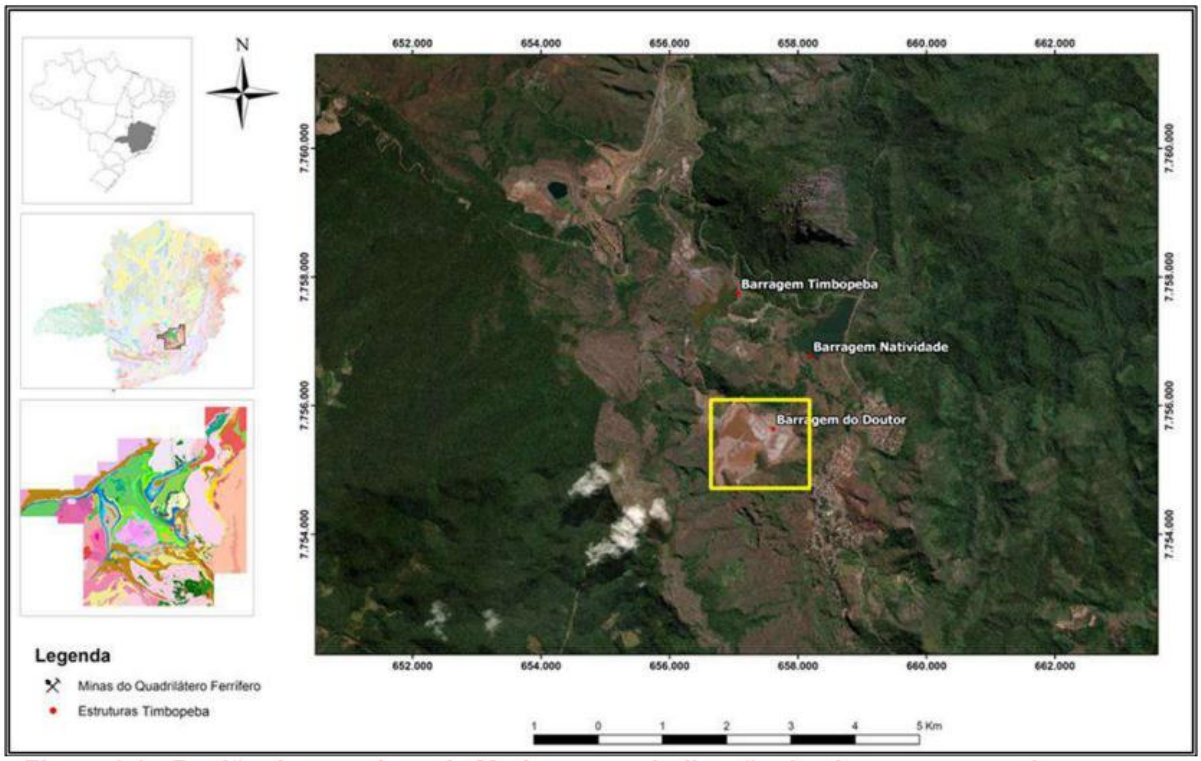
de desenvolvimento econômico (COELHO, 2017). A partir dos anos 2000/10, ocorreu um significativo aumento no número de domicílios no distrito, entretanto, esse crescimento ocorreu de forma precária, pois, poucos destes domicílios tinha acesso ao saneamento básico, sendo o pior índice dos distritos de Ouro Preto no que se refere ao abastecimento de água e saneamento (CRUZ, 2013).

É possível perceber já nesta época, como não houve nenhuma proposta de diversificação econômica no distrito, ficando este refém da mineração, que como veremos a seguir, só se expandiu desde então, gerando problemas sociais que poderiam ser diminuídos se o poder público houvesse vislumbrado outras formas de desenvolvimento local, em especial de matriz sustentável

A Barragem do Doutor

Em 2001, com o esgotamento da capacidade de armazenamento de rejeitos da barragem Timbopeba, foi construída a barragem do Doutor, que integra a Mina Timbopeba – no Complexo Mariana (Figura 4). O objetivo desta construção foi armazenar os rejeitos de flotação e lama gerados pela concentração de minério de ferro da Usina de Timbopeba, sendo sua capacidade de armazenamento de cerca de 35 milhões de m³ de rejeitos (BRETAS, 2021).

Figura 4: Complexo de Mineração Timbopeba



Fonte: Auditoria Técnica de Segurança – 1º Ciclo 2021 (BRETAS, 2021). Acesso em 15/08/2022.

A Barragem do Doutor está inserida na borda Leste do Quadrilátero Ferrífero, tendo sido implantada sobre as Rochas da Formação Saramenha, unidade basal que pertence ao Grupo Sabará, onde se tem a ocorrência de rochas do Supergrupo Estrada Real (BRETAS, 2021).

Os imbróglios que envolvem a Barragem do Doutor começaram no dia 5 de novembro de 2015 por volta de 15:00 horas com o rompimento da Barragem de Fundão, situada no Complexo Industrial Germano, no Município de Mariana/MG (Figura 5), que despejou mais de 34 milhões de m³ de rejeitos no meio ambiente e que chegaram na foz do Rio Doce assim como nos distritos de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo, no município de Barra Longa e na área litorânea do Espirito Santo (IBAMA, 2015). Além disso, outros 16 milhões de m³ de rejeitos foram carreados em direção ao mar na região de Linhares/ES (IBAMA, 2015).

Figura 5: Barragem do Fundão rompida em 5 de novembro de 2015



Fonte: IBAMA (2015). Acesso em 15/08/2022.

As consequências desse crime corporativo, gerou inúmeros danos irreparáveis, como 19 vidas ceifadas de forma direta (além da morte de um feto) e deixou vários desabrigados sem nenhum amparo da mineradora Samarco S/A – empresa responsável pela operação (FERNANDES, 2019).

A situação, com relação à segurança das barragens, se agravou ainda mais quando em 25 de janeiro de 2019 a Barragem I da Mina do Córrego do Feijão em Brumadinho se rompeu por volta de 12:00 e atingiu inicialmente o refeitório e alojamento dos trabalhadores, causando 270 mortes e 10 desaparecidos, além de despejar 12 milhões de m³ de rejeitos advindos da exploração de minério de ferro no meio ambiente (EMILIANA, 2021).

Essa situação fez com que a Agência Nacional de Mineração (ANM) modificasse os protocolos das barragens construídas à montante. Nessa perspectiva, após a decisão judicial de 14 de março de 2019, a barragem do Doutor teve as operações suspensas (FLAMA, 2020), em função da a nova classificação do método constitutivo da barragem, em agosto de 2019, em acordo com a Resolução nº13/2019 da ANM e em consonância com a Política Estadual de Segurança de Barragem de Minas Gerais as quais obrigavam a descaracterização de barragens construídas à montante.

No dia 1 de abril de 2020, o nível de emergência da Barragem passou de 1 para 2, que é quando, de acordo com a Legislação Federal de Seguranças de Barragens, a anomalia detectada passa a ser entendida como não controlável, entretanto, a Vale, de maneira inexplicável, afirmou que não houve alterações físicas, mas sim uma nova interpretação do auditor – seja lá o que venha a ser isso (FLAMA, 2020).

Além de suspender as atividades, a Vale iniciou as obras de descomissionamento da barragem, que é quando esta deixa de receber rejeitos, sendo desativada, até que se torne uma área estável (PERUCCI et al., 2021). É importante ressaltar que isso ocorre em função da proibição da utilização de barragem construída com o método de alteamento à montante – que é quando há construção em degraus a partir do próprio rejeito (PERUCCI et al., 2021).

As obras, que visavam a descaracterização da barragem, tiveram início em março de 2020. Em função da mudança de nível de emergência se fez necessário a remoção de 588 pessoas residentes nas Zonas de Alto Salvamento (ZAS), que são áreas localizadas a 10 km ou a 30 minutos do ponto de rompimento do local e que seriam atingida pela lama em caso de rompimento (Figura 6).

Figura 6: Projeção do impacto dos rejeitos em caso de Rompimento da Barragem Doutor



Fonte: Manuelzão, 2021. Acesso em 15/08/2022.

Entretanto, essas remoções têm gerado muitos transtornos para as famílias retiradas e muito medo para quem fica, haja vista que não existe a certeza que a projeção esteja correta, gerando a desconfiança de que só chegarão até onde estão estas marcações.

As obras também estão causando grandes problemas aos moradores, pois o distrito passou a ter um trânsito muito pesado com caminhões ao longo do dia, fazendo a população local conviver com inúmeras "tempestades de poeira" que tem invadido as casas – e sobrecarregado, em especial, as mulheres (pois são as principais responsáveis pelos serviços

domésticos), assim, as residências não param limpas – o que gera inúmeros problemas respiratórios, em especial nas crianças (VASCONCELOS, 2021; PEREIRA, 2021).

Os impactos causados pela Barragem do Doutor

Historicamente a comunidade de Antônio Pereira sofre, desde a sua origem, com o impacto dos grandes empreendimentos, que segundo Vainer & Araújo (1992, p.34) "são empreendimentos que consolidam o processo de apropriação dos recursos naturais e humanos em determinados pontos do território, sob a lógica estritamente econômica", ligados à mineração, entretanto, sempre existiram as resistências – que muitas vezes não são necessariamente organizadas em movimentos sociais ditos tradicionais.

A forma como o capital estrangeiro tem se apropriado dos recursos humanos e naturais dessa comunidade, fez com que a situação chegasse em um extremo onde a produção de riquezas é acompanhada pela produção social dos riscos (BECK, 2013). Essa situação tem sido cada vez mais comum, pois, o Brasil, um país que podemos classificar como "capitalista dependente" segundo Marini (2000), com a privatização da Companhia Vale do Rio Doce em 1996 no governo de Fernando Henrique Cardoso (PSDB), passou a ser refém das necessidades de lucro do capital estrangeiro, o qual explora todo e qualquer recurso que o beneficia até a sua exaustão (CAPRA, 2005).

As obras para a descomissionamento da Barragem do Doutor expõem na prática essas circunstâncias, pois esta chegou ao seu limite de recebimentos de rejeitos e a empresa não se movimentou para diminuir a sua produção e consequentemente os rejeitos, tanto que o seu uso só foi paralisado em função de uma recomendação do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG).

Entende-se aqui que os lucros são exclusivos dos investidores desses empreendimentos, entretanto os riscos e possíveis prejuízos são socializados com a sociedade de inúmeras formas, o que é um absurdo. Sobre estes, pode-se citar em primeiro lugar o medo causado pela desconfiança sobre a estrutura da barragem e em segundo o deslocamento dos que residiam dentro do perímetro da mancha, gerando incerteza sobre o futuro dos que ali ficaram.

É importante frisar que as relações construídas pelas pessoas ao longo de suas vidas com e no lugar não entram em momento algum no debate do valor da indenização que será

recebida por terem sofrido danos, como no caso das remoções da população originária, entrando na conta apenas as construções, que evidentemente podem ser monetizadas.

Entretanto, apesar dessa difícil realidade, a comunidade tem buscado resistir de várias formas, a primeira delas é denunciando o descaso da empresa para com a população e isso se dá por meio de várias manifestações públicas, como no dia 12 de janeiro de 2021 quando fecharam a MG – 129, por volta das seis horas da manhã, reivindicando a remoção de 25 famílias que estariam cadastradas como moradoras da área de risco, mas que ainda não haviam sido retiradas. Outro questionamento realizado no ato foi pela melhoria na comunicação e acesso aos processos de reparação e contratação de assessoria técnica independente (Figura 7) (OLIVEIRA, 2021).

Figura 7: Protesto dos moradores de Antônio Pereira na MG-129.



Fonte: OLIVEIRA, 2021. Acesso em 15/08/2022.

Um outro momento em que podemos destacar como importante nesse processo de resistência da comunidade, foi a manifestação de dezenas de garimpeiros no centro histórico de Ouro Preto, em 2 de Agosto de 2021 (o distrito fica a cerca de 26 km da sede), que tinha como objetivo reivindicar o direito de continuar o seu oficio, que inclusive é uma atividade histórica do local (como visto neste trabalho), já que estão sendo impedidos pela empresa de

mineração de acessar tanto o Rio Gualaxo do Norte como o Córrego da Água Suja, onde historicamente trabalharam (JORNAL VOZ ATIVA, 2021).

A partir desses exemplos, é possível observar que diferente do modelo que norteia a Vale S/A, que é a busca do lucro a qualquer preço, existem outras perspectivas de vida que é a das atividades tradicionais e do cotidiano de quem não detém nenhum meio de produção e que de forma direta ou indireta independe da existência da mineração no que diz respeito a economia local.

Acerca do impacto das atividades minerárias, esta não diz respeito apenas as questões cotidianas da comunidade, mas também das questões que envolvem o patrimônio cultural, que vêm sendo ignorado pela empresa com o pretexto de que as obras na barragem são emergenciais, como os sítios arqueológicos das ruínas das Fazendas Pitanguy – que é remanescente do século XVIII – e Tavares (FLAMA, 2020).

A emergência da obra em questão virou um pretexto para a empresa realizar ações que desrespeitam a legislação ambiental vigente, como a supressão de imensos volumes de vegetação nativa e endêmica, incluindo espécies como a candeia, que além de nativa é fundamental para a proteção natural das nascentes e cursos d'água da região (FLAMA, 2020).

As adequações da barragem, até o presente momento, estão em andamento, mas seus resultados não são apresentados a comunidade de maneira transparente, nem mesmo o projeto, como relatam os próprios moradores na imprensa local (JORNAL VOZ ATIVA, 2021). O poder público também o desconhece, entretanto, este parece não se mover no sentindo de defender a comunidade, pelo contrário, passa a impressão de omissão do que deveria ser o seu principal papel haja vista estar "refém" da dependência econômica da mineração e nos trazendo a sequinte questão: qual o lado que o poder público municipal precisa se posicionar em situações como estas?

É notório como a administração municipal, refém dos royalties minerários, não busca resolver de fato o problema, deixando claro a relação próxima entre poder público/mineradora, o que é péssimo para o cidadão de Antônio Pereira.

Ouro Preto precisa fomentar a sua diversificação econômica, a mineração é finita, como será o futuro dessa população? Soluções sustentáveis como o ecoturismo, por exemplo, podem ser perfeitamente pensadas e instigadas, haja vista a enorme beleza cênica local.

O mesmo vale para a organização das moradoras em cooperativas para confecção de objetos artesanais que podem ser perfeitamente vendidos no centro histórico da sede, famosa mundialmente como patrimônio mundial, por que não buscar soluções sustentáveis para diminuir o impacto da mineração e gerar fontes diversas de emprego e renda para os cidadãos em questão? Este é o desafio que temos pela frente, convencer que tudo acaba e temos que estar preparados para o futuro.

Considerações finais

Ao refletir as circunstâncias que envolvem o distrito de Antônio Pereira é possível observar como o Capital (MARX, 1978) captura até mesmo o subjetivo do sujeito, ou seja, em função das necessidades que a má distribuição de renda gera, o sujeito é convencido não só a trabalhar nestas atividades por uma baixa remuneração, mas também a defender o empreendimento, colocando-a acima, até mesmo da própria saúde e da existência de sua comunidade. Isso se dá de tal forma, que mesmo com a exploração dos recursos naturais e humanos até o seu limite, não existe uma mobilização social pelo fim da atuação da empresa, pois as pessoas precisam dos empregos criados, mesmo indiretamente.

Entende-se que nesse ponto tem-se um imbróglio: o que fazer? Nada melhor do que aprender com a nossa própria história e nela, pode-se notar que até 1997 os desastres minerários eram bem menores, para não dizer quase nulos. Mas o que mudou de lá para cá haja vista a enorme tecnologia que se desenvolveu desde então? A resposta é simples, a privatização da CVRD se tornando Vale S/A. Será que existe alguma solução a curto prazo que não seja através da luta pela reestatização deste patrimônio brasileiro?

Portanto, o caminho não é ser contra a mineração mas disputar a maneira como esta atividade é desenvolvida e, nesse momento, o fato de ela responder às demandas colocadas pelo Capital Especulativo Internacional faz com que ignore toda e qualquer demanda dos territórios explorados e de seus habitantes, exatamente os diretamente atingidos.

Outro ponto a se destacar, é lembrar da finitude do minério de ferro e, para essa comunidade, caso a barragem não se rompa e tudo vire lama, irá restar apenas um passivo ambiental gigantesco e nenhum retorno em termos financeiros, pois o lucro é restrito aos acionistas da empresa, ou seja, o prejuízo é coletivizado e o retorno é para poucos.

É preciso diversificar a economia local, como explicamos, o investimento do poder público em ecoturismo, cooperativas artesanais e outras formas podem contribuir para

diminuir esta dependência do ferro no distrito. Por óbvio sabemos que a mineração local é mais que uma atividade econômica, mas também um estilo de vida, entretanto imaginar que uma localidade pode viver somente de um único viés econômico é preocupante, sendo necessário refletir acerca de tal temática.

Por fim, é preciso repensar a quem serve a mineração no Brasil? Quais os ônus e os bônus? Quem são as comunidades atingidas? Até quando se perpetuará esse modelo de mineração? Até quando o poder público vai ser dominado por quem está ao lado do Capital (MARX, 1978)?

REFERÊNCIAS

A LAMA invisível que atormenta Antônio Pereira. **Manuelzão**, Belo Horizonte, 4 de fevereiro de 2021. Disponível em:< https://manuelzao.ufmg.br/a-lama-invisivel-que-atormenta-antonio-pereira/>. Acesso em 12 de Outubro de 2021.

ÂNGELO, C. P. **Antônio Pereira e Furquim no contexto da mineração no início do século XIX. 2001**. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Universidade Federal de Ouro Preto. Mariana, 2001. Disponível em: < https://lph.ichs.ufop.br/sites/default/files/lph/files/210_claudia_aparecida_angelo_-_antonio_pereira.pdf?m=1525724438 >. Acesso em: 20 out. 2022.

APOLINÁRIO, A. L. **O coletivo "A nova imagem do Pereira" enquanto um instrumento de luta e resistência de adolescentes e jovens do distrito de Antônio Pereira – Ouro Preto/MG**. 86f. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social) – Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Ouro Preto, 2019.

BECK, U. **Sociedade de Risco**: rumo a uma outra modernidade. 2013. 384p.

BRETEAS, T. C. **Auditória Técnica de Segurança – 1º Semestre de 2021 – Barragem de Rejeitos Doutor**. 2021. 268p.

CAPRA, F. **A teia da vida**: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. EICHEMBERG, N. R. (Trad.). São Paulo: Cultrix, 2006.

COELHO, P. P. **O germe da insurreição para além da metrópole: narrativas da participação e da luta popular em Antônio Pereira, Ouro Preto - MG**. 216 p. 2017. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) - Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura, 2017.

CRUZ, R. I. F. **Análise da Evolução Populacional dos distritos de Ouro Preto/MG entre os anos 2000 e 2010**. 2013, 37p. Instituto de Geociências - Departamento de Cartografia, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2013. Disponível em:<

https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/IGCM-9GHGUM/1/monografia_especializacao_geo_rafael_cruz.pdf>. Acesso em: 20 out. 2022.

EMILIANA, C. **PF**: Vale fez perfurações que causaram o rompimento da barragem de Brumadinho. 2021. Disponível em:< https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2021/02/26/interna_gerais,1241385/pf-vale-fez-perfuracoes-que-causaram-rompimento-da-barragem-de-brumadinho.shtml>. Acesso em: 20 de Outubro de 2021.

FERNANDES, L. F. Prejuízos sociais e ambientais das tragédias serão sentidos por vários anos. **Jornal UFG**, 2019. Disponível em:< https://jornal.ufg.br/n/114864-prejuizos-sociais-e-ambientais-das-tragedias-serao-sentidos-por-varios-anos#:~:text=Preju%C3%ADzos%20ambientais,da%20regi%C3%A3o%20tenham%20sido%20afetados.>. Acesso em: 15 de nov. de 2021.

FLAMA. **Nota Técnica FLAMa-MG /No.01.2020**. Disponível em: <https://sinasefeifmg.com.br/wordpress/wp-content/uploads/2020/11/Nota-te%CC%81cnica.-Antonio-Pereira.-FLAMA-.05.11.2020.pdf>. Acesso em 5 de Outubro de 2021.

HILAIRE, A.S. **Viagem pelas províncias de Rio de Janeiro e Minas Gerais**. Tradução Afonso de E. Taunay. 1938. Vol. 5. São Paulo. Disponível em <https://bdor.sibi.ufrj.br/bitstream/doc/208/1/126%20%20T1%20PDF%20-%20OCR%20-%20RED.pdf > Acesso em: 20 out. 2022.

IBAMA. **Laudo Técnico Preliminar**. 2015. Disponível em: <http://www.ibama.gov.br/phocadownload/barragemdefundao/laudos/laudo_tecnico_preliminar_Ibama.pdf>. Acesso em 5 de nov. de 2021.

JORNAL VOZ ATIVA. **Garimpeiros protestam contra interrupção das atividades após intervenções da Vale**. 2021. Disponível em :< https://jornalvozativa.com/noticias/garimpeiros-manifesto-intervencoes-vale-pereira/> Acesso em 12 de Outubro de 2021.

MARINI, R. M. Dialética do desenvolvimento capitalista no Brasil. In: SADER, E. (org.). **Dialética da Dependência**: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini. Petrópolis: Vozes, Buenos Aires: CLACSO, 2000. p. 11-104.

MARX, K. **O Capital**. São Paulo: Ciências Humanas. 1978.

OLIVEIRA, N. **Moradores de Antônio Pereira protestam contra a Vale nesta terça-feira**. 2021. Disponível em:< https://www.otempo.com.br/cidades/moradores-de-antonio-pereira-protestam-contra-a-vale-nesta-terca-feira-1.2434153>. Acesso em 9 de Outubro de 2021.

PEREIRA, L. **Moradores de Antônio Pereira sofrem com a tempestades de poeiras e pedem providências à Vale**. 2021. Disponível em:< https://www.agenciaprimaz.com.br/2021/09/30/moradores-de-antonio-pereira-sofrem-com-tempestades-de-poeira-e-pedem-providencias-a-vale/>. Acesso em 9 de Outubro de 2021.

PREFEITURA MUNICIAPAL DE OURO PRETO. **Antônio Pereira**. Disponível em:< https://www.ouropreto.com.br/distritos/antonio-pereira>. Acesso em 12 de Outubro de 2021.

VAINER, C. B.; ARAÚJO, F. G. B. **Grandes projetos hidrelétricos e desenvolvimento regional**. Rio de Janeiro: CEDI, 1992.

VASCONCELOS, A. C. **População de Antônio Pereira (MG) denuncia alto nível de poeira de obra da Vale**. 2021. Disponível em:< https://www.brasildefatomg.com.br/2021/08/03/populacao-de-antonio-pereira-mg-denuncia-alto-nivel-de-poeira-de-obra-da-vale>. Acesso em 8 de Outubro de 2021.